



Reunião de lideranças assegura a votação do projeto de lei na segunda-feira

Comissão evita ônus de nova convocação

O Congresso Nacional, através da comissão representativa criada pela Constituição para funcionar durante o recesso parlamentar, vai se reunir na tarde da próxima segunda-feira para tentar votar o projeto de lei do Governo, que define os crimes contra a União pelo mau uso de combustíveis, previsto no pacote de medidas baixado pelo Governo para enfrentar a guerra no Golfo Pérsico. A solução foi acordada ontem entre o presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB/RJ), e o presidente em exercício da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL/PE), com os líderes

partidários das duas casas. A comissão, criada pela Constituição, funciona durante o recesso parlamentar (que vai até 14 de fevereiro) e serve para definir várias questões que não exigem a convocação extraordinária dos parlamentares. Com a decisão, os líderes evitaram a convocação extraordinária do Congresso e o pagamento de novas ajudas de custo aos parlamentares, já que eles já estão convocados para examinar cinco medidas provisórias do Governo.

Agora, a votação da matéria será feita de maneira mais simples, já que apenas 16 deputados e sete senadores

compõem a comissão — quorum muito mais fácil de ser obtido do que nas sessões normais. Além disso, no lugar de reuniões em separado — uma no plenário da Câmara, outra no do Senado —, bastará uma sessão conjunta, agilizando o processo legislativo. O único voto contrário à decisão foi do líder do Governo, senador José Ignácio (PST/ES). Para ele, é arriscado deixar para uma comissão tão pequena a deliberação de matéria penal. “Se temos um Congresso funcionando, por que dar a uma comissão representativa a deliberação de matéria penal?”, indagou o senador.